

Os desafios econômicos do novo governo

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO *

Realizada a eleição presidencial, cabe uma reflexão sobre os desafios com que se irá defrontar a agenda econômica do novo governo. Desde logo, duas tarefas irão reclamar a atenção do novo presidente. A primeira não é econômica, é política: a garantia de um mínimo de governabilidade. De 1985 para cá, o Brasil não tem tido um sistema de governo que funcione, seja pelo mecanismo de partido majoritário (como na Inglaterra), seja pelo de coalizão (como em vários outros países europeus). Estamos sendo governados através de maiorias ocasionais. E isso cria problema de governabilidade: dificilmente se tomam as decisões exigidas pelos grandes desafios econômicos e sociais com que se defronta o país.

A tarefa inicial do novo presidente, em consequência, será realizar uma mobilização política que, a despeito do fracionamento das forças políticas, permita construir maioria estável, capaz de viabilizar a realização de um programa de estabilização e desenvolvimento. A segunda tarefa é realizar as reformas mínimas necessárias à consolidação do real. E a mais urgente delas consiste na reforma fiscal e da Previdência.

Sabidamente, a União está inviabilizada: faltam recursos para o custeio da máquina e a manutenção dos programas sociais preexistentes. Isso decorre de que as transferências constitucionais para estados e municípios, as despesas de pessoal, os encargos da dívida interna e externa e outras despesas vinculadas (como as de Educação) absorvem, virtualmente, toda a receita federal.

Só uma mudança de parâmetros, representando uma

ampla reforma fiscal (e a reforma da Previdência), poderá reabilitar financeiramente a União. Isso implica, particularmente, rever-lhe as atribuições, como é sabido, transferindo programas de caráter local, nos setores sociais, para estados e municípios; investir maciçamente em melhoria e arrecadação; e encontrar uma saída para o orçamento da seguridade, hoje uma fonte brutal de déficit.

Encaminhadas essas duas tarefas, deve o novo governo voltar-se para lançar as bases de um novo ciclo de crescimento sustentado. Como se sabe, a consequência da crise brasileira não tem sido, propriamente, a estagnação econômica, e sim a incapacidade de realizar o crescimento sustentado. Os novos ciclos de crescimento nascem e, logo após, se desmancham no ar.

Obviamente, sem a razoável estabilização dos preços não há como sair desse círculo vicioso. Mas, pelo menos, a dois outros desafios será necessário dar resposta: realizar a reforma do Estado e promover um novo projeto nacional.

Quanto à reforma do Estado, trata-se, antes de tudo, de dar-lhe nova concepção e nova delimitação. Nova concepção, pela idéia de um “estado de ações estratégicas”, mais voltado para estratégias e políticas, em lugar do “Estado desenvolvimentista”, responsável, no passado, por grandes programas e grandes burocracias, com a União executando, inclusive, projetos de caráter local.

Nova delimitação, por movimentos sucessivos de descentralização: descentralização de programas sociais, segundo já indicado; descentralização da infra-estrutura, admitindo a crescente participação privada nos programas de energia elétrica, comunicações, rodovias, portos e,

mesmo, petróleo; e descentralização de gestão, permitindo que o setor privado (e, às vezes, instituições sem finalidade lucrativa) administre, por exemplo, o serviço de coleta de lixo, os hospitais públicos ou as ferrovias estatais.

Já o desafio de um novo projeto nacional de desenvolvimento significa dotar o país de uma visão de vida futura, após o esgotamento do projeto “nacional-desenvolvimentista”. Nesse sentido, a primeira constatação a fazer é que o desenvolvimento nacional não mais poderá ser conduzido, unilateralmente, pelo Estado. Só as parcerias — entre governo e setor privado, entre União e estados e municípios, entre Estado e sociedade — poderão lançar as bases de um novo modelo de desenvolvimento, que, inclusive, fortaleça a cidadania e realize investimento maciço em capital humano.

Na dimensão econômica, tal modelo deverá ser mais voltado para a competição e a competitividade, integrando mercado interno e mercado externo e enfrentando o problema da absorção, no Brasil, do novo paradigma industrial e tecnológico.

A resposta, pelo novo governo, aos desafios citados, representará sinalização importante para o setor privado. As empresas já realizaram um considerável ajuste, nos últimos anos, para adquirir maior competitividade. Mas foram, em geral, estratégias defensivas. Só passarão elas a estratégias mais ofensivas, investindo para a expansão da produção e o desenvolvimento de novos produtos, se perceberem que a nova política econômica está à altura dos desafios nacionais.

* Superintendente-geral do Inae (Instituto Nacional de Altos Estudos), coordenador-geral do Fórum Nacional, ex-ministro do Planejamento